

Inquérito Civil n. 06.2019.00005577-0

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, por seu Promotor de Justiça titular da 3ª Promotoria de Justiça da Comarca de Canoinhas, **RENATO MAIA DE FARIA**, quem detém atribuição para atuar na Curadoria do Meio Ambiente, doravante designado **COMPROMITENTE**, e **JOSÉ OSNI TELES RODRIGUES**, brasileiro, casado, agricultor, nascido em 11-7-1954, natural de Canoinhas/SC, filho de Claudia Belinski Rodrigues e Silvino Teles Rodrigues, RG n. 1.450.713/SC, CPF n. 419.797.539-20, domiciliado na Localidade de Lageado Liso, próximo à igreja, em Major Vieira/SC, telefone (47) 3692-7719, assumindo o papel de **COMPROMISSÁRIO**, acompanhado por sua advogada **GLÁDIS MARIA THEODOROVITZ**, inscrita na OAB/SC sob o n. 10.965; nos autos do Inquérito Civil n. 06.2019.00005577-0, autorizados pelo artigo 5º, § 6º, da Lei nº 7.347/1985 e artigo 89 da Lei Complementar Estadual nº 197/2000,

CONSIDERANDO que o Ministério Público, por força do art. 129, inciso I, da Constituição Federal, é o órgão público encarregado de promover o Procedimento Preparatório, Inquérito Civil e a Ação Civil Pública para a proteção do consumidor, do meio ambiente e de outros interesses transindividuais;

CONSIDERANDO que *"todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações"* (art. 225, caput, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que meio ambiente, segundo o artigo 3º, inciso I, da Lei n. 6.938/81, é *"o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas"*;

CONSIDERANDO que as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados (artigo 225, § 3º, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO a função socioambiental da propriedade, prevista no artigo 5º, inciso XXIII; artigo 170, inciso VI; artigo 182, § 2º; artigo 186, inciso II; e artigo 225, todos da Constituição da República, e os princípios jurídicos da prevenção, da precaução e do poluidor pagador;

CONSIDERANDO que o pleito de reparação do dano ambiental é imprescritível;

CONSIDERANDO que nos autos do Inquérito Civil n. 06.2019.00005577-0 foi apurado que José Osni Teles Rodrigues, em 2015, na propriedade situada na Localidade de Rio Claro, zona rural do Município de Major Vieira/SC, efetuou o corte seletivo de 52 árvores da espécie pinheiro brasileiro ou araucária, sem a devida autorização ou licença dos órgãos ambientais competentes. Aludida espécie é definida pela Instrução Normativa 6/2008 do Ministério do Meio Ambiente como ameaçada de extinção.

CONSIDERANDO que até o presente momento não houve a regeneração do local atingido pelo dano;

CONSIDERANDO, por fim, que compromissário, responsável pelo dano ambiental, possui interesse na resolução amigável do problema, adotando as providências necessárias para sua regularização.

RESOLVEM

Celebrar o presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Condutas, de acordo com os seguintes termos:

1 DO OBJETO:

Cláusula 1ª: Este Termo de Compromisso de Ajustamento de Condutas tem como objeto a reparação do dano ambiental deflagrado por **JOSÉ OSNI TELES RODRIGUES** na área de 400 m², na propriedade situada na Localidade de Rio Claro, zona rural do Município de Major Vieira/SC, pois, em 2015, efetuou o corte seletivo de 52 árvores da espécie pinheiro brasileiro ou araucária, sem a devida autorização ou licença dos órgãos ambientais competentes. Aludida espécie é definida pela Instrução Normativa 6/2008 do Ministério do Meio Ambiente como ameaçada de extinção.

2 DAS OBRIGAÇÕES DO COMPROMISSÁRIO:

2.1 DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER:

Cláusula 2ª: O COMPROMISSÁRIO **JOSÉ OSNI TELES RODRIGUES**, a título de medida compensatória, procederá à retirada das plantações e/ou outras espécies exóticas, caso presentes ainda que por rebrota de eventuais cepas existentes, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a partir desta data.

Cláusula 3ª: O COMPROMISSÁRIO, a título de medida de compensação mitigatória, compromete-se a manter o isolamento, porquanto já comprovada sua realização, da área e local de ocorrência do dano ambiental, a fim de propiciar a completa regeneração.

Parágrafo único: O isolamento deve se dar pelos meios suficientes para, sem ocasionar novos danos ambientais, impedir totalmente o acesso de animais domésticos, de rebanhos e de pessoas, e propiciar a imediata regeneração natural do dano ambiental.

Cláusula 4ª: Diante do termo de compromisso já firmado com a Polícia Militar Ambiental, o COMPROMISSÁRIO se compromete a executar rigorosamente seu cronograma, devendo manter a proteção do local para viabilizar a sua densa recuperação.

Cláusula 5ª: O COMPROMISSÁRIO, a título de medida compensatória aos interesses difusos lesados, efetuará o pagamento de multa no valor de 1 (um) salário mínimo, podendo ser parcelado em até 3 (três) vezes, sendo a primeira com vencimento em 30 (trinta) dias a contar da presente data, e as demais nos meses subsequentes, reajustado pelo INPC ou índice que o substitua, a ser recolhido em favor do Fundo para Reconstituição de Bens Lesados do Estado de Santa Catarina, criado pelo Decreto Estadual nº 10.047, de 10.12.87, conforme o artigo 13 da Lei nº 7.347/85, mediante boleto(s) bancário(s) a ser(em) retirado(s) nesta 3ª Promotoria de Justiça.

Parágrafo único: Para comprovação desta obrigação, o COMPROMISSÁRIO deverá apresentar nesta 3ª Promotoria de Justiça, ou enviar para o e-mail canoinhas03pj@mpsc.mp.br, no prazo de até 5 (cinco) dias após o vencimento de cada parcela, cópia do comprovante de pagamento do boleto emitido (artigo 21, § 2º, do Ato nº 395/2018/PGJ).

2.2 DA OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER:

Cláusula 7ª: O COMPROMISSÁRIO compromete-se, imediatamente, na obrigação de não fazer consistente em se abster do corte de qualquer vegetação nativa no local do dano, sem a devida autorização dos órgãos ambientais competentes, bem como de não mais realizar o plantio em aludido local, inclusive advertindo eventual novo proprietário do imóvel sobre esta obrigação.

3 DA FISCALIZAÇÃO DO TAC:

Cláusula 8ª: A fiscalização das cláusulas do presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Condutas será realizada pelo Ministério Público, com apoio da Polícia Militar Ambiental e do Instituto do Meio Ambiente (IMA), quando esgotados os prazos anteriormente previstos ou se fizer necessário.

4 DO DESCUMPRIMENTO:

Cláusula 9ª: Em caso de descumprimento das obrigações assumidas, o COMPROMISSÁRIO estará sujeito as seguintes multas, que deverão ser ajustadas mensalmente pelo INPC ou índice equivalente, a serem revertidas ao Fundo para Reconstituição de Bens Lesados, criado pelo Decreto Estadual nº 10.047, de 10.12.1987, conforme artigo 13 da Lei nº 7.347/1985, mediante expedição futura de boleto bancário pelo Ministério Público, definidas na tabela abaixo:

Cláusula descumprida	Valor da Multa	Referência
Cláusula Segunda	R\$ 1.000,00	Pelo descumprimento
Cláusula Terceira	R\$ 1.000,00	Pelo descumprimento
Cláusula Quarta	R\$ 1.000,00	Pelo descumprimento
Cláusula Quinta	R\$ 1.000,00	Pelo descumprimento

Cláusula 10ª: O não cumprimento do ajustado nas Cláusulas constantes no item "*2 Das obrigações do Compromissário*" implicará no pagamento das multas referidas na Cláusula anterior, bem como na execução judicial das

obrigações assumidas, ressalvada a apresentação de justificativa, mediante comprovação documental.

Cláusula 11ª: As multas acima estipuladas serão exigidas independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, estando o COMPROMISSÁRIO constituídos em mora com a simples ocorrência do evento.

5 DAS JUSTIFICATIVAS:

Cláusula 12ª: Considerar-se-á como justificativa ao descumprimento das cláusulas ajustadas a ocorrência de caso fortuito ou força maior, que deverá ser formalmente relatado, justificado e comprovado.

6 DA POSSIBILIDADE DE ADITAMENTO:

Cláusula 13ª: As partes poderão rever o presente ajuste, mediante termo aditivo, o qual poderá incluir ou excluir medidas que tenham por objetivo o seu aperfeiçoamento e/ou se mostrem tecnicamente necessárias.

7 DA POSTURA DO MINISTÉRIO PÚBLICO:

Cláusula 14ª: O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA compromete-se a não utilizar os instrumentos jurídicos cabíveis em desfavor do COMPROMISSÁRIO, no que diz respeito aos itens ajustados, caso estes sejam devidamente cumpridos, bem como a fiscalizar o cumprimento do presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Condutas, inclusive procedendo a eventual execução, caso haja necessidade.

8 DA ABRANGÊNCIA DO COMPROMISSO:

Cláusula 15ª: Este título executivo não inibe ou restringe, de forma alguma, as ações de controle, monitoramento e fiscalização de qualquer órgão ou entidade fiscalizatória, nem limita ou impede o exercício, por eles, de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares.

9 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

Cláusula 16ª: O presente Ajuste entrará em vigor a partir da data de sua assinatura e terá prazo indeterminado.

Este acordo tem eficácia de título executivo extrajudicial, na forma do artigo 5º, § 6º, da Lei nº 7.347/1985 e artigo 784, inciso IV, do Código de Processo Civil, sendo que o arquivamento do Inquérito Civil n.06.2019.00005577-0 será submetido à homologação pelo Conselho Superior do Ministério Público, conforme determinado pelo artigo 9º, § 3º, da Lei nº 7.347/1985.

Por estarem compromissados, firmam este Termo de Compromisso de Ajustamento de Condutas em 3 (três) vias de igual teor, cientes desde já de que será promovido o arquivamento do procedimento, conforme acima explicitado.

Canoinhas, 13 de outubro de 2020.

[assinado digitalmente]

RENATO MAIA DE FARIA
Promotor de Justiça

JOSÉ OSNI TELES RODRIGUES
Compromissário

GLÁDIS MARIA THEODOROVITZ
Advogada - OAB/SC 10.965

TESTEMUNHAS:

MARIANE DE LIMA – RG n. 6.442.452
SSP/SC

FABIANA DE FÁTIMA ALVES VIEIRA DOS
SANTOS – RG n. 5.699.852 SSP/SC